

2.2.5 Os negócios jurídicos unilaterais

2.2.5.1 Promessa pública

2.2.5.2 Promessa de cumprimento e reconhecimento da dívida

2.2.5.3 Concurso público

2.2.6 Gestão de negócios

2.2.6.1 Generalidades

2.2.6.2 Noção e requisitos

2.2.7 Enriquecimento sem causa

2.2.7.1 Generalidades

2.2.7.2 Requisitos

2.2.7.3 Modalidades do enriquecimento

2.2.7.4 Repetição do Indevido

2.2.7.5 Prescrição do direito a restituição

3.1 Responsabilidade civil

3.1.1 Responsabilidade por factos ilícitos

3.1.2 Facto voluntário do lesante.

3.1.3 Ilícitude (Formas).

3.1.4 Culpa.

3.1.4.1 Imputabilidade.

3.1.4.2 Culpa em abstracto e culpa em concreto.

3.1.4.3 Prova da Culpa. Presunção de Culpa.

3.1.4.4 Responsabilidade Civil no Exercício de Actividades Perigosas.

3.1.5 Dano

3.1.5.1 Ressarcibilidade dos Danos não Patrimoniais.

3.1.6 O Nexo de causalidade entre o facto e o Dano.

3.1.7 Responsabilidade Objetiva ou pelo Risco.

3.1.8 Responsabilidade subjetiva ou por factos Lícitos.

BIBLIOGRAFIA

1. Recomendada

□ FERNANDES, Orlando, Direito das Obrigações, Vol.I, 2017.

□ VARELA, João de Matos Antunes, Das Obrigações em geral, 10 edição, Vol I, almedida 2005

2. Complementar

□ ALARCÃO, Rui de, Direito das Obrigações, com a colaboração de J.S. RIBEIRO, ALMENO DE SÁ E J.C. Proença, Coimbra, 1983.

- ALMEIDA, Mario Júlio, Direito das Obrigações, 12ª Edição, Revista e Actualizada, Novembro, 2011.
- ALBALADEJO, Manuel, Compendio de Derecho Civil, 2ª Edicion, Libreria Bosch, Barcelona, 1974.
- CARVALHO, Orlando, Teoria Geral da Relação Jurídica-seu sentido e limites, 2ª Edição actualizada, Centelha, 1981.
- MARQUES, António Vicente, Direito das obrigações, 1ª edição, polis editores, 2008
- DUARTE, Sofia Adriana DE Carvalho, O Direito à informação nas Sociedades Comerciais, Lisboa, 2001- Curso de Mestrado de 1998/1999.
- FREITAS, Fátima, Código Civil, 6ª Edição, 2019.
- MARTINS, Teixeira, Lições de Teoria Geral do Direito Civil, Luanda, 1981
- MENDES, Castro, Teoria Geral do Direito Civil, Lisboa, 1979, Vol.II.
- NETO, Abilio, Código Civil anotado, 18ª edição revista actualizada, 2013.
- VICENTE, Dário Moura, Direito Comparado, Vol. I, 2ª Edição, Almedina.

► DIREITO DOS CONTRATOS

Programa antigo

1 Compra e venda

I. Modalidades típicas de compra e venda

II. Particularidades no regime do não cumprimento

2 Locação

I. Conceito e aspectos preliminares

II. Modalidades de locação

III. Efeitos essenciais

IV. Vicissitudes da relação contratual

V. Cessação do contrato

VI. Arrendamento

3 Empreitada.

PROGRAMA ACTUAL

XX

XX

► DIREITO DA FAMÍLIA

PROGRAMA ANTIGO

Introdução

I - Direito Da Filiação

II - Direito Patrimonial

III - Relações Para-Familiares

IV - Características Do Direito Da Família E Das Situações Jurídicas Familiares V - Relações Para-Familiares

VI - Características Do Direito Da Família e das Situações Jurídicas Familiares.

PROGRAMA ACTUAL

CAPÍTULO I - NOÇÕES PRELIMINARES 1. O Conceito genérico de Família, as relações jurídicas familiares e sua autonomia 2. Breve noção histórica da família e dos sistemas familiares 2.1 A família na sociedade tradicional africana 2.2. A família na sociedade moderna 3. Princípios fundamentais do Direito de Família 4. Intervenção do Estado no Direito de Família 5. Interligação do Direito de Família e outros Ramos de Direito 6. Fontes Fundamentais do Direito de Família 7. Natureza Jurídica do Direito da Família CAPÍTULO II- FONTES DA RELAÇÃO JURÍDICA FAMÍLIA

2.1 O Parentesco

2.1.1. Noção, Linhas e Graus

2.1.2. Efeitos do Parentesco

2.2. Adopção, Consentimento, Autorização, Tipologias e Seus Efeitos

3. A Afinidade

3.1. Noção, Linhas e Graus

3.2. Efeitos da Afinidade

3.3. Não Cessação da Afinidade

4. O Casamento

4.1 Breve História da Evolução do Casamento

4.2. A promessa de Casamento no Direito Positivo e no Direito Costumeiro

4.3. Natureza Jurídica do Casamento

4.4. Pressuposto de Existência do Casamento

4.5. Validade do Casamento: Elementos de Fundo e Elementos de forma

4.6. O Consentimento, seu carácter pessoal e actual

4.7. Forma do acto de Casamento

4.8. Nulidade do Casamento

4.9 Efeitos pessoais do casamento e Efeitos patrimoniais do casamento

4.10. A Dissolução do Casamento

4.11. Efeitos da Dissolução do casamento

5. A União de Facto

5.1- Natureza do Instituto e seu enquadramento no direito Angolano

- 5.2. Conceito de União de Facto e Pressupostos
- 5.3. Tipologias
- 5.4. Reconhecimento por mutuo acordo
- 5.5. Reconhecimento por via Judicial
- 5.6. Atendimento da União de Facto que não preencha os pressupostos

CAPITULO III- FILIAÇÃO E AUTORIDADE PATERNAL

- 3.1. Importância do direito da filiação; sujeitos da relação jurídica de filiação
 - 3.1.1 Direito do Estabelecimento da Filiação
 - 3.1.2. Filiação Havendo Casamento dos Pais e Filiação não Havendo Casamento dos Pais
 - 3.1.3. Acções judiciais de filiação e Efeitos do Estabelecimento da filiação
- 3.2. Âmbito titularidade e duração da autoridade paternal

- 3.2.1. Conteúdos da autoridade paternal

CAPÍTULO IV- A TUTELA

- 4.1. Evolução do Instituto da tutela e seu conteúdo
- 4.2. A Tutela e sua Classificação
- 4.3. Natureza Jurídica do cargo do tutor
- 4.4. Poderes do Tutor

CAPÍTULO V- OS ALIMENTOS

- 4.1. Conceito, função social e fonte dos alimentos
- 4.2. Natureza Jurídica dos Alimentos
- 4.3. Sjeitos e Garantia da Obrigação dos Alimentos
- 4.4. Execução da Obrigação de Alimentos
- 4.4. Extinção do Direito e da Obrigação dos Alimentos

BIBLIOGRAFIA

- MEDINA, Maria do Carmo; Direito de Família Escolar Editora, 2ª Edição, 2013, Lobito – Angola.
- CAMPOS, Diogo Leite de; e CAMPOS, Mónica Martinez de, Lições de Direito de Família, Almedina, 3ª Edição, 2016, Coimbra-Portugal.
- CHICOADÃO; Direito Costumeiro e Poder Tradicional dos Povos de Angola, Mayamba, 1ª Edição, 2010, Luanda - Angola.
- RAFAEL, Celestino, Tfamília tudo o que precisa saber, Plural Editores, 2015, Luanda- Angola.
- MARQUES, Suzana Oliveira, Princípios do Direito de Família e guarda dos filhos, Del Rey, Belo Horizonte, 2009.
- MENDES, Castro, Direito da Família, Edição revista por MIGUEL TEIXEIRA DE SOUSA, AAFDL, 1990/91. Legislação: □ CRA, Código Civil Angolano e Código de Processo Civil Angolano □ Código Penal e de Código de Processo Penal Angolano □ Código de Família □ Outras Legislações

► CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

PROGRAMA ANTIGO

- I - O Contencioso Administrativo no Divã da História
- II - O Contencioso Administrativo no Divã da Constituição
- III - “Eros e Thanatos”: A Dicotomia Acção Comum / Acção Especial
- IV - “Ego e Id”: A Acção Administrativa Dita Especial como Acção Comum do Novo Processo Administrativo
- V - “Do Outro Lado do Espelho”: A Acção Administrativa Dita Comum
- VI - “Totem e Tabu”: Os Processos Urgentes e as Providências Cautelares no Novo Processo Administrativo.

UNIDADE I- RESUMO INTRODUTÓRIO

- 1.1- Breves considerações sobre a Unidade Curricular de Contencioso Administrativo
- 1.2- História do Contencioso Administrativo (Angolano)
- 1.3- Conceito do Contencioso Administrativo
- 1.4- Objecto e características do Contencioso Administrativo
- 1.5- Princípios estruturantes do Contencioso Administrativo

UNIDADE II- DAS GARANTIAS EM GERAL

- 2.1- Conceito e espécies de Garantias
 - 2.1.1- Critérios
 - 2.1.2- Garantias Políticas
 - 2.1.3- Garantias Graciosas (Procedimentais ou Administrativas)
 - 2.1.4- Garantias Contenciosas

UNIDADE III- O PROVIDOR DE JUSTIÇA

- 3.1- Noções Gerais
 - 3.1.1- Institucionalização da Figura do Provedor de Justiça
 - 3.1.1.1- Razão de ser do Provedor de Justiça

UNIDADE IV- MODELOS DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO

- 4.1- Modelos de Contencioso Administrativo
 - 4.1.1- Modelo Objectivista e Subjectivista
 - 4.1.2- Modelos Organizatórios do Contencioso Administrativo
 - 4.1.3- Modelos Processuais do Contencioso Administrativo
 - 4.1.4- Modelos de Contencioso Adoptado em Angola

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Apontamento Compilado pelo Docente da Unidade Curricular

- Constituição da República de Angola
- Feijó, C. e Poulson, L. (2011) A Justiça Administrativa Angolana (Lições). Casas das Ideias. Luanda-Angola.
- Código de Procedimento Administrativo
- Código do Regulamento do Contencioso Administrativo
- Manjolo, M. G. (2018) Acesso à Justiça Administrativa no Ordenamento Jurídico Angolano. Tese de Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas. Universidade de Lisboa da Faculdade de Direito. Lisboa Portugal.
- Da Silva, M. P. (2015) O Contencioso Administrativo Angolano – As Garantias dos Particulares no Contencioso Administrativo Angolano. UAL-Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Direito. Mestrado em Direito.
- Resumos e apontamentos do curso do 2º ano de Direito da UAL, ano lectivo 2003/2004,"destilados" pelo aluno 20021078, António Filipe Garcez José. Disponível: www.apontamentossemfronteiras.com
- www.apostilasdedireito.cjb.net

PROGRAMA ACTUAL

[illegible]

► DIREITO DAS SUCESSÕES

PROGRAMA ANTIGO

- I. Uma primeira aproximação ao Direito das Sucessões
- II A "crise" do Direito das Sucessões
- III. O Direito das Sucessões no universo das liberalidades e dos efeitos por morte
- IV. Conexões entre o Direito da Família e o Direito das Sucessões
- V. A identidade do Direito das Sucessões
- VI. Plano, fontes e bibliografia do Direito das Sucessões

PARTE I: A ESTÁTICA SUCESSÓRIA

- VII. Noção de designação sucessória
- VIII. A designação sucessória em razão do objecto
- IX. A designação sucessória em razão da fonte

PARTE II: A DINÂMICA SUCESSÓRIA

- X. Da abertura da sucessão e da vocação
- XI. A vocação legitimária
- XII. Da pendência da sucessão à partilha

REFLEXÃO FINAL –

- XIII- A identidade do Direito das Sucessões português
- XIV. A rigidez da sucessão legal hereditária
- XV. Os legados legais e os alimentos de fonte legal que oneram a herança
- XVI. Os condicionalismos da sucessão voluntária – O automatismo do regime da vocação
- XVII. O Direito das Sucessões enquanto ponto de partida para uma Teoria Geral das Liberalidades.

PROGRAMA ACTUAL

XX
 XX

► DIREITO FISCAL

PROGRAMA ANTIGO

- 1. Enquadramento geral
- 2. Relação jurídica tributária
- 3. Os princípios constitucionais fiscais
- 4. Sistema fiscal angolano

5. Interpretação, integração e eficácia do Direito Fiscal

6. Aplicação no espaço das leis fiscais

Garantias dos contribuintes

PROGRAMA ACTUAL

XX

XX

4º ANO

► DIREITO PROCESSUAL PENAL

PROGRAMA ANTIGO

Introdução

I - A tramitação do processo penal

II - Os sujeitos processuais

III - O objeto do processo

IV - As medidas de coação e de garantia patrimonial

V - A prova

VI - As proibições de prova

Vii - Os princípios do processo penal

PROGRAMA ACTUAL

NOÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

1. Noção de Direito Processual Penal. Direito Processual Penal, Processo Penal e Direito Penal

1.1. Noção de Direito Processual Penal

1.2. Direito Processual Penal e Direito Penal

2. Traços gerais da evolução histórica da justiça penal: o período da vingança e da justiça privadas; o período da justiça pública

3. Sistemas processuais penais. O processo acusatório e o processo inquisitório. Evolução histórica dos dois tipos de processos. O processo misto. O processo em Angola: fases do processo (descrição sumária)

4. Direito Processual Penal e Direito Processual Civil

5. Fim e objecto do processo penal

6. Relações do Direito Processual Penal com outros ramos do Direito e Ciências Auxiliares do Processo Penal

7. A construção jurídica do Processo: Natureza Jurídica do Direito Processual Penal, Natureza Jurídica do Processo

8. Fontes do Direito Processual Penal. A Constituição da República de Angola, o Código de Processo Penal e Legislação Posterior. A doutrina e jurisprudência

9. Interpretação e integração das lacunas da lei processual penal

8. Aplicação da lei processual no tempo e no espaço

10. Princípios Fundamentais do Processo Penal. Princípios relativos à iniciativa processual, princípios relativos à prossecução processual, princípios relativos à prova e princípios relativos à forma.

CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1.Noção de pressupostos processuais; pressupostos processuais relativos ao tribunal; pressupostos processuais relativos às partes; pressupostos processuais relativos ao objecto do processo. Litispendência. Caso julgado. Prescrição; pressupostos e excepções. Processamento das excepções

CAPÍTULO III – DA SUFICIÊNCIA DO PROCESSO PENAL. AS QUESTÕES PREJUDICIAIS

1.Noção. as questões prejudiciais e os pressupostos processuais. Características principais das questões prejudiciais; classificação das questões prejudiciais e respectivo regime jurídico; valor e âmbito do caso julgado das questões prejudiciais

CAPÍTULO IV - A ESTRUTURA DO PROCESSO PENAL. SUJEITOS, PARTICIPANTES E PARTES PROCESSUAIS

1. Estrutura formal do processo penal. A relação jurídica processual

2. O Tribunal. A organização dos tribunais; competências: espécies; excepções às regras gerais de competência; a competência por conexão. Impedimentos e suspeições dos juizes.

3. O Ministério Público. A organização do Ministério Público. Posição do Ministério Público no processo penal. Funções. O Ministério Público e a instrução preparatória ou corpo de delito. O exercício da acção penal. Impedimentos e suspeições.

4. A acusação particular. Assistentes. Posição dos assistentes. Poderes. Constituição. Ofendidos. A reparação de perdas e danos. Indemnização arbitrada em processo penal.

5. O arguido e o seu defensor. Arguido. Posição do arguido no processo. O interrogatório e o direito de defesa. Audição do arguido. Comparência. Falta, morte ou ausência do arguido. O defensor. Admissibilidade e obrigatoriedade do defensor. Defensor constituído e defensor nomeado. O exercício do direito de defesa. Deveres e direitos. Situação jurídica do defensor.

CAPÍTULO V – A TEORIA DOS ACTOS PROCESSUAIS. BREVES NOÇÕES

1. Definição de acto processual

2. Prazos
3. Ineficácia e invalidade. Nulidade: absoluta, relativa e simples irregularidade
4. Classificação dos actos processuais.

CAPÍTULO VI – AS MEDIDAS DE COACÇÃO PESSOAL

1. Termo de Identidade e Residência
2. Obrigação de apresentação periódica às autoridades
3. Caução
4. Proibição e a obrigação de permanência em local concreto e proibição de contactos
5. Interdição de saída do País
6. Prisão Domiciliária
7. Prisão Preventiva
8. As buscas – buscas para apreensão e detenção e buscas em pessoas
9. Garantias da liberdade individual – o *habeas corpus*

CAPÍTULO VII – A INSTRUÇÃO PREPARATÓRIA

1. Competência para a elaboração do auto de notícia
2. Distinção entre auto de notícia e auto de denúncia
3. Conteúdo do auto de notícia e auto de denúncia
4. Valor probatório
5. Direcção da instrução preparatória
6. Competências do Ministério Público e do SIC (Serviço de Investigação Criminal)
7. Caracterização do processo penal Angolano com referência aos tipos estruturais de sistemas processuais penais
8. A instrução preparatória nas diferentes formas de processo

CAPÍTULO VIII – A PROVA

1. Prova, probabilidade e suspeita
2. Fim da prova
3. Espécies de prova

CAPÍTULO IX – A FASE DA ACUSAÇÃO

4. Acusação e abstenção da acusação
5. Noção de acusação
6. Espécies de acusação: pública e particular; provisória e definitiva
7. Tipos de crime quanto à legitimidade para o exercício da acção penal – públicos, semi-públicos e particulares
8. A constituição de assistente – requisitos e formalidades; o papel do assistente em processo penal

9. Prazos para dedução da acusação
10. A acusação nas diferentes formas de processo
11. Forma e estrutura da acusação – arquivamento e decisão de aguardar melhor prova
12. Controlo da abstenção

CAPÍTULO X – INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA, PRONÚNCIA E NÃO PRONÚNCIA

9. Instrução contraditória

Conceito

Função

Competências para a instrução contraditória – quem pode requerê-la e quando pode ser denegada

Prazos

10. Despacho de pronúncia

Noção

Espécies

Competência

Prazos

CAPÍTULO XI – O JULGAMENTO

16. Princípios que informam a audiência do julgamento
17. Produção de prova e documentação da audiência
18. Aspectos da valoração da prova
19. Alteração do objecto do processo
20. Especialidades do julgamento nas diferentes formas de processo

CAPÍTULO XIII – FORMAS DE PROCESSOS ESPECIAIS

1. Processo Sumário
2. Processo de Contravenções
3. Processo Abreviado
4. Processos Julgados em Primeira Instância pelo Tribunal Supremo

CAPÍTULO XIV – INCIDENTES PROCESSUAIS

1. incidentes. natureza dos incidentes. Incidentes de impedimentos e suspeições. Incidente de falsidade. Incidente de alienação mental

CAPÍTULO XV – OS RECURSOS

1. Noção. espécies de recursos.
2. O recurso penal comum. Tramitação Uniforme do Recurso. Decisões de que se pode recorrer. Decisões irrecorríveis. Prazos de interposição de recurso. Processamento. Regime de subida.

Efeito. Poderes de decisão do tribunal superior. Regra geral. Excepção: proibição da «*reformatio in pejus*»

3. Os recursos extraordinários. O recurso para efeitos de uniformização da jurisprudência, o recurso de revisão e o recurso de cassação.

CAPÍTULO XVI – A EXECUÇÃO DAS PENAS E O DIREITO PENITENCIÁRIO

1. A Organização Prisional existente
2. Execução das penas corporais
3. Força executiva das decisões penais
4. Inexequibilidade das decisões penais condenatórias
5. Competência do Ministério Público na execução
6. Contagem do tempo de prisão
7. Execução da multa, taxa de justiça e indemnizações

BIBLIOGRAFIA

BARREIROS, José António. Processo Penal I

COMIDANDO, Afonso, Direito Processual Penal, O Novo Código, Muenhu, 2021, Luanda.

CONSTANTINO, Jorge, Jurisdição Penal, INA – Instituto Nacional de Administração, 2007.

CORREIA, Eduardo. Processo Criminal

CORREIA, Eduardo. Caso julgado e poderes de cognição do juiz

COSTA, Ary de Almeida Elias da, Linhas Gerais de instrução preparatória em processo penal, 2ª Edição, Livraria Almedina, Coimbra, 1960.

DIAS, Jorge Figueiredo, Lições de Direito Processual Penal –, Coimbra 1988/1989.

DIAS, Jorge Figueiredo, Sobre a reparação de perdas e danos arbitrada em Processo Penal

FERREIRA, Manuel Cavaleiro de, Curso de Processo Penal – volumes I, II e III.

FERREIRA, Manuel de Cavaleiro, Curso de Processo Penal, Vol. II, Lisboa, 1955

GONÇALVES, Manuel Lopes Maia, Código de Processo Penal, Anotado e comentado, Livraria Almedina, Coimbra, 1972

NEVES, Castanheira. Sumários de Processo Criminal.

Ramos, V. A. G. (2009) *Direito Processual penal, Noções Fundamentais*, 5ª edição, Editora, Faculdade de Direito - U.A.N, Luanda.

SILVA, Germano Marques da, Curso de Processo Penal, Vol. II, 3ª Edição, Editorial Verbo, 2002.

SILVA, Germano Marques da, Direito Processual Penal Português. Vol. I, 2ª Edição, Universidade Católica Editora, Coimbra, 2017

SITOI, Filipe Sebastião, Código de Processo Civil e legislação Complementar, Ministério da Justiça/Centro de Formação Jurídica Judiciária, Maputo, 2010.

SAMBO, José A. Eduardo, Manual de Direito Processual Penal Angolano, Vol. I, Artipol, 2022, Luanda.

SOARES, Luso Soares, O Processo Penal como jurisdição voluntária

SOUSA, João Castro e, Tramitação do Processo Penal, 2ª Tiragem, Coimbra Editora, Limitada, Lisboa, 1985.

► DIREITO PROCESSUAL CIVIL II (EXECUTIVO)

PROGRAMA ANTIGO

Parte i. Execução processual

I - introdução

II - organização judiciária executiva

Parte II. Pressupostos processuais

I - Pressupostos relativos ao objecto

II - Pressupostos relativos ao tribunal

III - Pressupostos relativos às partes

Parte III Procedimento da execução para pagamento de quantia certa

I - Fase introdutória

II – Penhora

III - Intervenção do cônjuge e reclamação de créditos

IV - Venda executiva e pagamento

Parte IV Procedimentos da execução para entrega de coisa certa e da execução para prestação de facto

I - Execução para entrega de coisa certa

II - Execução para prestação de facto.

PROGRAMA ACTUAL

CAPITULO – I- INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. NOÇÕES DE:

1.1 DIREITO

1.2 PROCESSO

1.3 DIREITO CIVIL

1.4 PROCESSO CIVIL.

2. AS CARACTERISTICAS DE PROCESSO CIVIL,

3. IMPORTÂNCIA PRÁTICA DO PROCESSO CIVIL

4. OS TIPOS DE ACÇÕES CIVEL

CAPITULO – II - ACÇÕES EXECUTIVAS

1. OS TIPOS DE ACÇÕES EXECUTIVAS
2. FUNÇÃO DA ACÇÃO EXECUTIVA
3. O ACERTAMENTO E ACÇÃO EXECUTIVA
4. PRESSUPOSTOS DA ACÇÃO EXECUTIVA:
 - 4.1 PRESSUPOSTOS GERAIS
 - 4.2 PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS DA ACÇÃO EXECUTIVA

CAPITULO – III - TÍTULO EXECUTIVO

- 1- NOÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO
- 2- ESPECIES DE TÍTULO EXECUTIVO
- 3- NATUREZA E FUNÇÃO DO TITULO EXECUTIVO.
- 4- CONSEQUENCIA DA FALTA DE TÍTULO EXECUTIVO
- 5- USO DESNECESSÁRIO DA ACÇÃO DECLARATIVA

CAPITULO – IV - PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS

1. CERTEZA, EXIGIBILIDADE E LIQUIDEZ DA OBRIGAÇÃO.
 - 1.1 CERTEZA DA OBRIGAÇÃO
 - 1.2 EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO
 - 1.3 OBRIGAÇÃO LIQUIDA.
2. REGIME DE CERTEZA
 - 2.1 OBRIGAÇÕES ALTERNATIVAS
 - 2.2 OBRIGAÇÕES DE PRAZO
 - 2.3 OBRIGAÇÕES PURÁS
 - 2.4 OBRIGAÇÕES SOBRE CONDIÇÕES SUSPENSIVAS
3. REGIME DA CERTEZA E EXIGIBILIDADE
4. CONSEQUÊNCIA DA FALTA DE CERTEZA OU EXIGIBILIDDE
5. REGIME DA LIQUIDEZ DA OBRIGAÇÃO
 - 5.1 MEIOS DE LIQUIDAÇÃO
 - 5.2 LIQUIDAÇÃO POR SIMPLES CÁLCULOS ARITIMÉTICO

CONSEQUÊNCIA DA ILIQUIDEZ DA OBRIGAÇÃO

CAPITULO – V- PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

1. A LEGITIMIDADE DAS PARTES.
 - 1.1 CRITÉRIO DE AFERIÇÃO
 - 1.2 ADOPÇÃO DO REGIME REGRA.
 - 1.3 O TERCEIRO PROPRIETÁRIO OU POSSUIDOR DE BENS ONERADO

- 1.4 A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO.
- 1.5 CONSEQUÊNCIA DA ILEGITIMIDADE DAS PARTES.
- 2. PATROCÍNIO JUDICIÁRIO
- 3. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL.
- 3.1. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA MATÉRIA.
- 3.2. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA HIERARQUIA.
- 3.3. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO VALOR.
- 3.4. COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO TERRITÓRIO.
- 3.4.1 SENTENÇA DO TRIBUNAL COMUM.
- 3.4.2 SENTENÇA DO TRIBUNAL ARBITRAL.
- 3.4.3 EXECUÇÃO BASEADA NOUTROS TÍTULO.
- 3.5 PLURALIDADE DE SUJEITO E DE PEDIDOS
- 3.5.1. PLURALIDADE DE SUJEITO
- 3.5.1.1. CONSEQUÊNCIA DA FALTA DE LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO.
- 3.5.2. PLURALIDADE DE PEDIDO.
- 3.5.2.1. COLIGAÇÃO
- 3.5.2.2. CONSEQUÊNCIA DA COLIGAÇÃO ILEGAL
- 3.5.2.3. CUMULAÇÃO SIMPLES DE PEDIDO
- 3.5.2.4. CONSEQUÊNCIA DA CUMULAÇÃO INDÍVIDA

BIBLIOGRAFIA

- Ferreira, F. A.(2010). *Curso de processo de execução*, (12ª ed.) Coimbra, Almedina.
- Freitas, J. L.(2013). *A acção executiva*, (6ª ed.), Coimbra, Coimbra Editora,

► DIREITO PROCESSUAL CÍVIL III (RECURSOS)

PROGRAMA ANTIGO

- 1 – Introdução
- 2 – Pressupostos e objecto
- 3 – Apelação
- 4 – Revista
- 5 – Recursos extraordinários
- 6 - Recurso de uniformização de Jurisprudência.

PROGRAMA ACTUAL

TEMA- I- INTRODUÇÃO

- 1- Recurso- Várias Concepções

2- Conceito Jurídico E Função

3- Estrutura Dos Recursos

3.1-Decisões Irrecorrível

3.2-Decisões Recorrível

3.2.1- Tipos Legais De Recurso

3.2.2- Efeitos Dos Recursos

3.2.3- Modo De Subida

3.2.4- A Regra Estabelecida No Art. 678.º N.º1 E Suas Excepções

4- As Espécies De Recurso E Fundamento Da Sua Aplicação

5- Limitações Do Recurso A Um Grau

6- Legitimidade Para Recorrer

7- Perda Do Direito De Recorrer E Aceitação - Renúncia Ao Recurso

TEMA- II- MARCHA DOS RECURSOS ORDINÁRIOS

1- Recurso De Apelação

2- Objecto De Apelação

3- Interposição Do Recurso

3.1- Prazos De Interposição

3.2- Formas De Interposição

4- Efeito Do Recurso

5- Declaração Do Efeito Ex Officio

6- Prestação Da Caução

7- Subida Do Recurso

8- A Extensão Do Recurso

9- Adesão Ao Recurso

10- Sujeitos E Objecto Do Recurso

10.1- Delimitações Subjectivo

10.2- Delimitações Objectiva

11- apreciação Liminar Do Recurso

11.1- Despachos De Indeferimento

11.2- Despachos De Deferimento

12- Reclamação Contra O Indeferimento Ou Retenção Do Recurso

12.1- Prazos De Apresentação Da Reclamação

12.2- Formas De Reclamação

TEMA-III- ALEGAÇÕES

13- Alegações De Recurso

- 14- Conclusões
- 15- Sanções Pelo Não Cumprimento Das Regras
- 16- Junção De Documento
- 17- Deseção, Rejeição E Não Cumprimento Do Recurso
- 18- Prazo Das Alegações
- 19- Tramitação Da Alegação
- 20- Expedição Do Recurso
- 21- Julgamento Do Recurso

BIBLIOGRAFIA

- 1- Pinto ,R.(2015). *Notas ao Código de Processo Civil*, (2ª ed.) Coimbra; Coimbra Editora,
- 2- Câmara, C. I. B.(2007). *Recursos em Processo Civil: Regime dos Pressupostos após a Reforma de*, in Revista do CEJ, nº 12,
- 3- Ferreira, F. A.(2009). *Manual dos recursos em processo civil*, (9ª ed.) Coimbra: Almedina.
- 4- Ferreira, J. O. A. C.(2007). *Guia de recursos em processo civil. O novo regime recursório civil*, (4ª ed.), Coimbra, Coimbra Editora.

- 1.2. Noção e objecto do direito de processo do trabalho
- 1.3. Fontes de direito do Processo do Trabalho
- 1.4. Aplicação, interpretação e integração das leis processuais laborais
- 1.5. Princípios Gerais e Específicos do processo do trabalho angolano
- 1.6. Organização da justiça Laboral angolana

Cap II. Generalidade do Processo Laboral Comum

- 2.1 Pressupostos processuais.
- 2.2 Tipos e Formas de Processo
 - 2.2.1 O processo declaratório Comum Sumário (conflito laboral)
- 2.3 Tramitação do Processo Laboral
 - 2.3.1 As precedências obrigatórias no Processo Laboral
 - 2.3.2 A fase judicial nos litígios de natureza laboral

Cap III- Generalidades dos Processos Especiais

- 3.1.Despedimento Colectivo
- 3.2 Recurso em matéria disciplinar
- 3.3 Processos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Capítulo IV-Os procedimentos Cautelares

- 4.1 Procedimentos cautelares comum(não especificados)
- 4.2 Procedimentos cautelares especificado

Cap V-A contravenção Laboral (Processo Penal Laboral)

Cap VI-Recursos em processo laboral

Cap VII- Acção executiva em Processo Laboral

6. BIBLIOGRAFIA:

6.1 Fontes Doutrinária

6.1.1 Principal ou recomendada

□ GARCIA, João Chimbungule, Manual de processo do Trabalho angolano, JG, 1ª edição, Outubro 2020

□ ESTÊVÃO, Osvaldo Luacuti, Direito Processual do Trabalho angolano, 1º edição, 2021

6.1.2. Complementar:

□ CARDOSO, Álvaro Lopes, Manual de Processo do Trabalho, Livraria Petrony, 2000.

□ Instituto Disciplinar Laboral, Nuno Abranches Pinto, Coimbra Editora

□ Capeça, Norberto Moisés Moma, Os despedimentos a luz da nova lei geral do trabalho, 2º Edição, Literacia, 2021

□ Marques, A.V.(2013). Direito do Trabalho e da Segurança Social. Luanda. Polis editores, Lda

□ Leitão, L.M.T.M (2012). Direito do Trabalho, (3º edição) Coimbra, Editora Almeida

- Lobo Xavier, B.G (2013), Manual de Direito do Trabalho-2ª edição, Lisboa: Verbo
- Fernandes, A.L.M (2012). Direito do Trabalho. Coimbra, Almedina.

6.2. Fontes Legislativas

- Constituição da Republica de Angola de 2010
- Lei 22-B/92 de 9 de Setembro
- Lei 9/81 de 2 de Dezembro
- Código Civil angolano.
- Decreto conjunto 3/82 de 11 de Janeiro
- Lei 7/15 de 15 de Junho
- Decreto 45.497 de 30 de Dezembro de 1963
- Código de Processo Civil

► METODOLOGIA JURÍDICA E PESQUISA CIENTÍFICA

PROGRAMA ANTIGO

1. Recursos tecnológicos
 - 1.1 Tecnologias de Informação
 - 1.2 e-ISUP
 - 1.3 Bases de dados on-line
2. Epistemologia
 - 2.1 A Teoria do conhecimento
 - 2.2 Razão e percepção
 - 2.3 O Positivismo e post-positivismo
3. Metodologias
 - 3.1 Metodologias quantitativas
 - 3.2 Metodologias qualitativas
4. As normas técnicas angolanas.
5. Planeamento
 - 5.1 A “research question”
 - 5.2 Proposta de investigação
 - 5.3 Plano
6. Metodologia jurídica
 - 6.1 Metodologia do Direito, Direito Positivo e Direito Natural.
 - 6.2 Metodologia do Direito, Retórica e Hermenêutica
 - 6.3 Law and Economics

6.4 Direito Comparado

1. Introdução à Metodologia jurídica e Pesquisa Científica

1.1. Definição de Conceito: Metodologia jurídica e Pesquisa Científica

1.1.1. Utilidade da investigação científica e características do processo de investigação

1.1.2. Diferença entre método e técnica

1.1.3. Exigência do Método Científico

1.1.4. Objectivos da Metodologia de Investigação Científica

1.2. A leitura como factor decisivo do estudo

1.3. A cultura e postura científica

1.4. Biblioteconomia

1.5. Tipos de documentos finais de uma investigação científica

2. O Conhecimento e os seus níveis

2.1. Conhecimento e suas finalidades

2.2. Conhecimento Empírico ou Popular e suas Características

2.3. Conhecimento teológico ou religioso e suas Características

2.4. Conhecimento filosófico e suas Características

2.5. Conhecimento científico e suas Características

3. Métodos e técnicas da abordagem de investigação científica.

3.1. Métodos da abordagem da investigação científica do nível teórico

3.1.1. Importância dos métodos de nível teórico

3.1.2. Os métodos de nível teórico

3.1.2.1. Análise e a Síntese

3.1.2.2. A Abstração

3.1.2.3. A indução e Dedução

3.1.2.4. Histórico-lógico

3.1.2.5. Método Hipotético-Dedutivo

3.1.2.6. Método Causal

3.1.2.7. Método Teórico-jurídico

3.1.2.8. Método Exegético-analítico

3.1.2.9. Análise das Normas Jurídicas

3.1.2.10. Método Jurídico Comparado

3.2. Métodos da abordagem da investigação científica do nível empírico

3.2.1. Características dos métodos empíricos.

3.2.2. Funções dos métodos empíricos no processo da investigação

científica

3.2.3. Métodos empíricos, técnicas e instrumentos de colecta de dados mais utilizados.

3.2.3.1. Observação

3.2.3.2. A Entrevista

3.2.3.3. O Inquérito

3.2.3.4. O Questionário

3.2.3.5. O Estudo de documentos

3.2.3.6. Estratégias Compostas

3.2.3.7. O Método de Delphi

3.2.3.8. O Método de Estudo de Casos

3.2.3.9. A Sociometria

3.3. Métodos da abordagem da investigação científica do nível matemáticoestatístico

3.3.1. Processamento de dados

3.3.2. Diferentes tipos de variáveis

3.3.3. Elementos de estatística Descritiva

3.3.3.1. A média

3.3.3.2. A moda

3.3.3.3. A mediana

4. Tipos de estudo ou investigação científica

4.1. Conceito de estudo ou pesquisa

4.1.1. Tipos de estudo quanto ao modo de abordagem

4.1.2. Tipo de estudo quanto ao objectivo geral

4.1.3. Tipo de estudo quanto aos Procedimentos técnicos

5. População e Amostra

5.1. População

5.2. Amostra

5.2.1. Tipos de Amostra

5.2.1.1. Amostra probabilística e suas técnicas de amostragem

5.2.1.2. Amostra não probabilística e suas técnicas de amostragem

6. Regras de escrita em trabalhos de investigação científica

6.1. Norma APA

6.1.1. Referências e Citações

6.1.2. Construção da lista referências bibliográfica

6.1.3. A construção da lista de referências bibliográficas

6.2. Normas da ABNT

6.2.1. Referências e Citações

6.2.2. Construção de lista referências bibliográficas

6.2.3. Construção da lista das referências bibliográficas

6.3. Norma Portuguesa

6.3.1. Referências e Citações

6.3.2. Construção de lista de referências bibliográficas

6.3.3. Construção da lista das referências bibliográficas

6.4. Outras contribuições de notação de referências bibliográficas

6.4.1. Referências legislativas. Constituição

6.4.2. Leis e Decretos

6.4.3. Referências judiciais

Lista de Referências Bibliográficas

Alves, Maria da Piedade (2012) Metodologia Científica. 1.ed. Escolar Editora.

Carvalho, J. Eduardo. (2029) Metodologia do Trabalho Científico: “saber-Fazer” da investigação para dissertações e teses. Escolar Editora.

Carneluti, F. (2012) Metodologia do Direito. Escolar Editora.

Cornelsen, Julce Mary (2012) Escrever... Com Normas: Guia Prático Para Elaboração de Trabalhos Técnico-Científicos. Imprensa da Universidade de Coimbra.

DE Ketele, Jean Marie & Roegiers, Xavier (1993) Metodologia de Recolha de Dados. Instituto Piaget.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade (2001) Fundamentos de metodologia científica. 4a. ed.: Atlas.

Luiz, Amado Cervo, Bervian, Pedro Alcino e Silva, Roberto da (2007). Metodologia Científica. – 6. ed.: Pearson Prentice Hall.

Martins, Gilberto de Andrade e Théophilo Carlos Renato (2009) Metodologia de Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas. – 2. Ed.: Atlas.

RAMOS, R, NARANJO, E. (2014) Metodologia de Investigação Científica. Escolar Editora

Severino, António Joaquim, (2013). Metodologia do Trabalho Científico. Cortez

Vilelas, José (2009) Investigação - o processo de construção do conhecimento/. 1 ed.: Edições Silabo.

Zassala, Carlinhos (2013) Iniciação à Pesquisa Científica: ler, captar o essencial e tomar apontamentos. O método de estudo universitário. Mayamba.

PROGRAMA ACTUAL

XX
 XX

► **PRÁTICA FORENSE**

PROGRAMA ANTIGO

1. Litigância I

a) A base da demanda judicial e o papel do advogado

- Prévia Avaliação Processual
- Meios Alternativos para a Solução de Disputas
- Medidas Preliminares ao Início da Actuação Judicial

b) Actuando em Tribunal

- A Redacção de Peças Processuais
- As Intervenções em Tribunal

2. Litigância II

a) A Inquirição das Testemunhas

- Significado, preparação e orientação táctica do testemunho
- Métodos de abordagem e derivadas na condução do interrogatório
- Regras para a formulação de questões
- Critérios para a apreciação crítica de um testemunho

3. Negociação

- A importância da negociação na advocacia
- Tipos de negociação e léxico da negociação
- Noções de estratégia, técnica e estilo Negociais

PROGRAMA ACTUAL

XX
 XX

► DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

PROGRAMA ANTIGO

Introdução

- O direito internacional privado enquanto ramo do direito

- Planos, processos e técnicas de regulação das situações transnacionais

- Delimitação do âmbito do curso

Parte I - Direito de conflitos - parte geral

I - natureza do direito de conflitos

II - objecto e função da norma de conflitos

III - a justiça e os princípios gerais do direito de conflitos

IV - estrutura geral da norma de conflitos

V - interpretação e aplicação da norma de conflitos

VI - do elemento de conexão

VII - remissão para ordenamentos jurídicos complexos

VIII - a devolução ou reenvio

IX - a fraude à lei

X - a qualificação

XI - problemas especiais de interpretação e aplicação do direito de conflitos

XII - estatuto do direito estrangeiro

XIII - limites à aplicação do direito estrangeiro ou transnacional

Parte II – noções fundamentais da parte especial do direito de conflitos e do direito de reconhecimento

I – regras de conflitos fundamentais

II – direito de reconhecimento.

1- NOÇÕES FUNDAMENTAIS

1.1. Origem, Noção, Objecto e fontes do Direito Internacional

- 1.2. Fundamento e natureza do Direito Internacional
- 1.3. Justiça, interesses e princípios do Direito Internacional Privado
- 1.4. Princípios do Direito Internacional Privado
- 1.5. O Direito Internacional e o Direito Internacional Privado
2. TEORIA DA REGRA DE CONFLITOS
 - 2.1. Estrutura e função da Regra de Conflitos
 - 2.2. O Elemento de Conexão
 - 2.3. O Conceito Quadro
 - 2.4. As lacunas no sistema das regras de conflitos
 - 2.5. Limites à aplicação das regras de conflitos
 - 2.6. Aplicação do Direito Estrangeiro
 - 2.7. A Ordem Pública Internacional
 - 2.8. A Fraude a Lei
 - 2.9. A referência pressupõe ou questão prévia na aplicação da Lei competente
3. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO ESPECIAL
 - 3.1. Súmula das principais regras de conflitos do Direito Internacional Privado Angolano
 - 3.2. Direito das Obrigações
 - 3.3. Direitos Reais e Propriedade Intelectual
 - 3.4. Direito da família
 - 3.5. Direito das Sucessões

BIBLIOGRAFIA

Constituição da República de Angola

Código Civil Angolano

Lei da nacionalidade de Angola

MACHADO, João Baptista, Lições De Direito Internacional Privado, 3.^a Edição, Editora, Almedina, Coimbra 2015.

CHITONGA, Mateus Jaime Chitonga, Direito Internacional Privado, 1.^a Edição, Lobito, Escolar Editora 2015.

PINHEIRO, Luís de Lima, Direito Internacional Privado, 3.^a Edição, 2000 Editora AAFDL, Lisboa, 2019.

CORREIA, Ferrer, considerações de Direito Internacional Privado (Estudo vários de Direito), Coimbra, Coimbra Editora 1983.

ESPINOLA, Eduardo. Elementos de direito internacional privado. Rio de Janeiro Editora Jacinto Ribeiro dos Santos 1925.

PROGRAMA ACTUAL

XX
XX

► DIREITO DOS RECURSOS NATURAIS E DO AMBIENTE E DO URBANISMO

PROGRAMA ANTIGO

XX
XX

Do Ambiente

I - Ambiente e direito. "Verdes são também os direitos do homem"

II - Constituição verde para as relações jurídicas multilaterais de ambiente

III - Ambiente de procedimento.

Procedimento de ambiente

IV - Verde agir: formas de actuação administrativa em matéria ambiental

V - Conflitos ecológicos: o contencioso do ambiente

Do urbanismo:

Parte geral

I - A cidade

II - A função pública urbanística

III - A administração pública do urbanismo

IV - O solo urbano

V - O planeamento urbanístico

VI - A urbanização e a edificação

VII - O contencioso do urbanismo

PROGRAMA ACTUAL

XX
XX

► CONTRATOS PÚBLICOS

PROGRAMA ANTIGO

1. As relações entre o poder e a economia (aspectos gerais) e a contratação pública.

a) Ordenação, intervenção e actuação económica do Estado.

b) Actividade financeira pública.

c) Provisão pública de bens.

d) Dilemas da decisão pública.

Fundamentos financeiros e extrafinanceiros.

A contratação pública em especial.

e) A questão da sustentabilidade financeira do Estado e a contratação pública.

f) A contratação pública e os princípios da transparência financeira e da responsabilização (accountability).

2. Relevância financeira crescente da contratação pública.

3. Direito da Contratação Pública e Direito Financeiro: a decisão de contratar e a decisão financeira.

Parte 2 — DIREITO NACIONAL DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

1. Fontes nacionais do direito da contratação pública.

2. O Código dos Contratos Públicos.

Princípios fundamentais.

3. Medidas excepcionais de contratação pública

4. A decisão de contratar no Código dos Contratos Públicos.

5. O concurso público e o concurso limitado.

6. O diálogo concorrencial. 7. A concessão de serviço público.

8. Os contratos de locação e de aquisição de bens e serviços e de alienação de bens.

9. Fiscalização dos contratos públicos pelo Tribunal de Contas

PROGRAMA ACTUAL

UNIDADE I – INTRODUÇÃO

- 1.1- Considerações gerais sobre a Unidade Curricular de Contratos Públicos;
 - 1.1.1-Generalidades
 - 1.1.2-Origem Histórica e Razão de ser do Contrato Administrativo
 - 1.2- Noção de Contrato Público e elementos estruturantes;
 - 1.3- Conceitos e relação entre o Poder, a Economia e a Contratação Pública;
 - 1.3.1-Conceitos
 - 1.3.2-Relação entre o Poder, a Economia e a Contratação Pública
 - 1.4- Orientação, Intervenção e Actuação Económica do Estado.
 - 1.4.1-Breve caracterização do Sistema Económico Angolano na era pós-independência
 - 1.5- Actividade Financeira Pública;
 - 1.6- Provisão Pública de Bens;
 - 1.7- Dilemas da decisão pública – fundamentos financeiros e extra-financeiros;
 - 1.7.1-Fundamentos Financeiros e Extra-Financeiros
 - 1.7.2-Decisões Financeiras concretas;
 - 1.7.3-Planeamento das Necessidades – Decisão Pública
 - 1.8- A Contratação Pública em Especial;
 - 1.8.1-A questão da sustentabilidade financeira do Estado e a contratação pública;
 - 1.8.2-A contratação pública e os princípios da transparência financeira e da responsabilização;
 - 1.9- Relevância financeira crescente da Contratação Pública;
 - 1.10- A decisão de contratar e a decisão financeira.
- UNIDADE II – DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA**
- 2.1- Fontes do Direito da Contratação Pública
 - 2.1.1-Enquadramento e Contexto Legal da Contratação Pública – Evolução Histórica;
 - 2.2- A Lei nº 41/2020, de 23 de Dezembro, Lei dos Contratos Públicos;
 - 2.2.1-Estrutura Formal da LCP
 - 2.2.2-Fundamentos teóricos-práticos
 - 2.2.3-Âmbito de Aplicação
 - 2.2.4-Âmbito de Exclusão da LCP
 - 2.2.5-Direito Subsidiário
 - 2.2.6-Âmbito Objectivo
 - 2.2.7-Aplicação no Tempo
 - 2.2.8-Aplicação no Espaço
 - 2.2.9-Enquadramento/Objectivos
 - 2.2.10-Finalidades da Contratação Pública
 - 2.2.11-Regime Jurídico dos Contratos Públicos

- 2.3-Acordos-Quadros
- 2.4-Centrais de Compras
- 2.5-Formação dos Contratos Públicos
 - 2.5.1-Decisão de contratar e competências para autorizar Despesa
 - 2.5.2-Ética na Formação dos Contratos Públicos e Conduta dos Participantes ao Procedimento
 - 2.5.2.1-Conduta dos Funcionários Públicos
 - 2.5.2.2-Conduta dos Participantes ao procedimento
 - 2.5.3-Fomento ao Empresariado Nacional
 - 2.5.4-Escolha do Tipo de Procedimento
 - 2.5.5-Tipos de Procedimento
 - 2.5.6-Requisitos de Participação no Procedimento
- 2.6-Comissão de Avaliação
 - 2.6.1-Noção
 - 2.6.2-Princípios Éticos na Condução dos Procedimentos
 - 2.6.3-Impedimentos
 - 2.6.4-Funcionamento
 - 2.6.5-Competência
 - 2.6.6-Avaliação, Negociação e Adjudicação de Propostas
 - 2.6.6.1-Caução
- 2.7-Eficácia dos Contratos
- 2.8-Confirmação dos Contratos
- 2.9-Tribunal de Contas
- 2.10-Ímpugnação Administrativa
- 2.11-Mecanismos Extrajudiciais de Resolução de Conflitos

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

- Antunes, J.M.O. Coutinho, L.P., França, A.F. (2012). Lei da Contratação Pública de Angola, Coimbra, Almedina;
- Cabral, N.C., (2009), As parcerias público-privadas (Cadernos IDEFF, nº 9), Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal da Faculdade de Direito de Lisboa/Coimbra; Almedina;
- Cunha, A.C. (2009), Despesas Públicas e Contratação Pública, Centro de Estudos e Formação Autárquica, Coimbra; Almedina.
- Carreau, D., Julliard, P. (2007), Droit International Economique, (3ª edição), Paris; Dalloz.
- Correia, J.M.S., (1987), Legalidade e Autonomia Contratual nos Contratos Administrativos, Coimbra; Almedina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- Constituição, 2010;
- Lei nº 41/20, de 23 de Dezembro, Lei dos Contratos Públicos.
- NUNES, Elisa Rangel, Lições de Finanças Públicas e de Direito Financeiro, 3ª Edição, Luanda, 2011, pp 35 a 37 e 52 a 55;
- VAN-DÚNEM, Fernando José de França Dias, Noções de História das Ideias Políticas e Jurídicas, ano lectivo 2000/2001
- Manual Prático de Contratação Pública – MINFIN, 2016;
- FRANCO, António L. de Sousa Franco, Finanças Públicas e Direito Financeiro, Volumes I e II, 4ª edição, Almedina.Coimbra 2008;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTARIA

Revistas, Boletins Informativos, internet

► DIREITO DOS REGISTOS E NOTARIADOS

PROGRAMA ANTIGO

- I - NOTARIADO 1 Introdução
- 2 Principais sistemas de notariado
- 3 Breve referência histórica à actividade notarial desenvolvida em Angola
- 4 O Estatuto do Notariado Angolano
- 5 Natureza da função notarial
6. Execução dos actos notariais
- 7 Termos de autenticação e reconhecimentos
- 8 Nulidades e revalidação dos actos notariais
- 9 Alguns actos notariais sujeitos a Registo Predial (hipoteca; testamento; justificação de direitos; etc.)

II - REGISTO

Registo Predial

- 1 Publicidade registal
- 2 Principais sistemas registais
- 3 O Sistema Registral Angolano
- 4 O processo de justificação de direitos
- 5 O Registo provisório de aquisição versus o contrato-promessa dotado de eficácia erga omnes
6. Vícios do registo
- 7 Rectificação do Registo Registo Comercial

1 O registo por transcrição

2 O Registo por depósito

PROGRAMA ACTUAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

UNIDADE I-ENQUADRAMENTO GENÉRICO

- 1.1. Resenha histórica dos componentes da Disciplina
- 1.2. Conceito, ciências auxiliares
- 1.3. Modalidades de registos
- 1.4. Formas dos actos de registo
- 1.5. Órgãos Afins aos actos dos Registos e Notariado

UNIDADE II-DO REGISTO CIVIL

- 2.1. Objecto do Registo Civil
 - 2.1.1 Estado Civil e estado pessoal
 - 2.1.2 Enquadramento legal do facto
 - 2.2 Factos sujeitos a Registo
 - 2.2.1 Factos Sujeitos a registo obrigatório
 - 2.2.2 Factos sujeitos a Registo facultativo
 - 2.3 Formas dos actos de registo
 - 2.4 Prova dos factos sujeitos a Registo
 - 2.3. Efeitos do registo
 - 2.4. Princípios Reguladores em Registo Civil
 - 2.5. Actos de registo em Geral
 - 2.5.1 Partes e Intervenientes em actos do Registo
 - 2.5.2 Modalidades do Registo
 - 2.5.3 Vícios do Registo
 - 2.6 Actos de Registo em Especial
 - 2.6.1 Nascimento
 - 2.6.2 Nacionalidade
 - 2.6.3 Filiação.
 - 2.6.4 Casamento.
 - 2.6.5 Nacionalidade
 - 2.6.6 União de facto.
 - 2.6.7 Óbito
 - 2.7 Processos Privativos em Registo Civil
- UNIDADE III-DO REGISTO PREDIAL
- 3.1 Noção e Objecto e Fim do Registo Predial
 - 3.2 Principios Reguladores
 - 3.3 Publicidade e Meios de prova.
 - 3.4 Factos e acções sujeitas a Registo
 - 3.5 Efeitos e Cessação do Registo
 - 3.6 Modalidade e actos de registo
 - 3.7 Obrigatoriedade de Registo
 - 3.8 Forma dos Actos de Registo Predial
 - 3.9 A Propriedade Horizontal no Direito angolano
- UNIDADE IV-DO REGISTO COMERCIAL
- 4.1. Objecto do Registo Comercial

- 4.1.1. Âmbito
- 4.1.2. Enquadramento legal
- 4.1.3. Princípios Orientadores do Registo Comercial
- 4.2. Factos Sujeitos a Registo
 - 4.2.1. Comerciante individual
 - 4.2.2. Sociedades Comerciais
- 4.3. Efeitos do Registo
- 4.4. Matrícula e Títulos
- 4.5. Intervenientes
- 4.6. Recusas
- 4.7. Obrigatoriedade de registo

UNIDADE V-DO REGISTO DE BENS MÓVEIS

- 5.1 Noções gerais
- 5.2 Órgãos de Registos das Coisas Móveis
- 5.3 Princípios Reguladores
- 5.4 Registo de Navios
 - 5.4.1 Factos Sujeitos a Registo
- 5.5 Registo de Aeronaves
 - 5.5.1 Factos Passíveis de Registo
- 5.6 Registo de Automóveis
 - 5.6.1 Factos Passíveis de Registo

UNIDADE VI-DO NOTARIADO

- 6.1 Actos Notariais
- 6.2 Força probatória dos documentos com intervenção Notarial
- 6.3 Organização do Notariado
- 6.4 A fé Pública.
- 6.5 Objecto e Função Notarial
- 6.6 Organização dos serviços Notariais
- 6.7 Competência do Notários
- 6.8 Princípios da Actividade Notarial
- 6.9 Actos Notariais em Geral
 - 6.9.1 Requisitos Gerais dos Instrumentos Notariais
 - 6.9.2 Requisitos Especiais
 - 6.9.3 Partes e Intervenientes acidentais
 - 6.9.4 Nulidade e Revalidação dos Actos Notariais

6.10 Actos Notariais em especial

6.10.1 Reconhecimentos de assinaturas

6.10.2 Abertura de Sinal

6.10.3 As conferências de Fotocópias

6.10.4 Publicas-Formas

6.10.5 Autenticação de Documentos

6.10.6 As Telecópias

6.10.7 As Procurações e Substabelecimentos

6.10.8 Documentos Estrangeiros (Traduções)

6.10.9 Os Certificados em Geral

6.10.10 As Escrituras Públicas

a) Regime Jurídico

b) Requisitos

c) Tipos de escrituras públicas

6.11 Nulidades e revalidação dos actos Notariais.

6.12 Impugnação e Recursos dos actos dos Registos e Notariado.

BIBLIOGRAFIA

7.1. Doutrinas

7.1.1 Recomendada

□ LOPES, Joaquim de Seabra, Direito dos Registos e do Notariado, Editora Almedina, 10ª edição, Coimbra 2019.

□ DE ALMEIDA, Carlos Ferreira, Publicidade e teoria dos registos, Coimbra 1966.

7.1.2 Complementar

□ MEDINA, Maria do Carmo. Direito de Família, escolar editora

□ FERRERINHA, Fernando Neto, A Função Notarial dos Advogados e dos solicitadores, teoria e pratica, Editora Almedina, Coimbra, 2018

□ GUERREIRO, José Augusto Guimarães Moureira, Temas de Registos e Notariado, Coimbra, 2010.

□ Joaquim, D. Oliveira, Evaristo S., Pedro F., Marcos N., Luís R., Israel N., Alfredo F., Direitos dos Registos e do Notariado de Angola, Artipol, Luanda, 2023

□ David, Solange da C. C. P. e David, Feijó, Direito Registral Civil Angolano, 1ª edição, Wa, 2021

□ Bumba, E. Almeida, Rocha I.; Viegas, da Assunção A. M. (2013) – Código de Registo Civil e Legislação Complementar. Comentado e Anotado: Coimbra Editora, 2013

7.2 Legislação

- ☐ Regulamento do acto de casamento.
- ☐ Código do Registo Civil e legislação complementar comentado e anotado
- ☐ Código da família.
- ☐ Código do Registo Comercial angolano
- ☐ Código do Registo Predial angolano
- ☐ Regime do Registo Automóvel, Decreto-Lei 47952 de 22 de Setembro
- ☐ Regulamento do Registo Automóvel
- ☐ Registo de Aeronaves, aprovado pelo decreto executivo 26/08 de 3 de Março.
- ☐ Regulamento Interno do Instituto Nacional de Aviação Civil, aprovado pelo decreto executivo 31/09 de 23 de Abril.
- ☐ Normativo Técnico 2 do Instituto Nacional de Aviação Civil.
- ☐ Lei da marinha Mercante de Angola
- ☐ Código do Notariado angolano
- ☐ Código Civil angolano.
- ☐ Constituição da Republica de Angola de 2010
- ☐ Lei de simplificação e modernização dos Registos e Notariado
- ☐ Lei de alteração do código do Registo Predial e Notariado
- ☐ Regime Jurídico do notariado angolano.
- ☐ Lei de Terras
- ☐ Regulamento geral da Concessão de Terrenos, aprovado por decreto 58/07 de 13 de Julho
- ☐ Lei de Liberalização do Registo Notarial
- ☐ Lei 10/85 de 19 de Outubro
- ☐ Decreto 419/74 de 7 de Setembro
- ☐ Lei 11/15 de 17 de Junho sobre a simplificação do processo de constituição de sociedades comerciais
- ☐ Dec executivo 509/21 de 11 de Outubro (Regulamento sobre o reconhecimento de personalidade jurídica civil de pessoas jurídicas canónicas)

► **DIREITO BANCÁRIO**

PROGRAMA ANTIGO

- 1.Contexto do Direito Bancário
- 2.Pessoas Singulares
- 3.Tipificação das Pessoas Coletivas
- 4.Caracterização das Sociedades
- 5.Sociedades por Quotas e Sociedades Anónimas

6. Dinâmica das Sociedades
7. Operações e Contratos Bancários
8. Garantias do Crédito Bancário
9. Processo Contencioso e Contencioso Bancário
10. Sigilo Bancário

2- CURSO DE LICENCIATURA EM ENSINO PRIMÁRIO

2.1. Unidades Curriculares que Sofreram Actualização

► **DESENVOLVIMENTO CURRICULAR** (Actualização do conteúdo programático)

Conteúdo programático (em vigor)

Tema 1- Introdução ao desenho curricular;

Tema 2- Modelos Curriculares;

Tema 3- Metodologias Curriculares I;

Tema 4- Metodologia curricular II;

Tema 5- Teoria do Desenho Curricular na Educação;

Tema 6- O perfil profissional.

Fundamentação: Desenvolvimento Curricular é a construção do plano curricular tendo, presente o contexto e justificação que o suportam, bem como as condições da sua execução. A disciplina do Desenvolvimento Curricular está orientada para a análise do fenómeno educativo, tendo por base uma matriz teórica e metodológica que privilegia a abordagem das questões do conhecimento, dos actores e das situações educativas. A especificidade do campo curricular, enquanto instrumento da escolarização, resulta da sua conexão directa com as práticas e com os contextos políticos, sociais e culturais sobre que se funda e objectiva todo o sistema educativo. Logo, o objectivo central desta disciplina é o de desenvolver e aprofundar instrumentos de análise que permitam alargar as fronteiras do conhecimento educacional no que se refere tanto à fundamentação, teorização e justificação, quanto à elaboração, planeamento, implementação e avaliação em matéria de currículo e de inovação pedagógica. A necessidade de garantir a todos os estudantes reais oportunidades de sucesso, ao implicar uma estrutura curricular adequada, impõe também aos profissionais de educação a compreensão e reflexão de todo o processo na qual assenta a concepção e o desenvolvimento de um currículo, bem como o domínio de competências básicas necessárias à sua correcta implementação. Todo currículo deve ser verificável em função do contexto socioeconómico, o avanço do conhecimento científico e tecnológico e, o exercício das profissões, a instituição que propicia o currículo; as condições reais dos estudantes. O currículo deve ter um carácter sistemático e organizado nos ciclos do sistema escolar, de maneira

que, cada decisão repercute em sua totalidade, nos métodos, nos meios, nos recursos e na formação geral. É nesse apanágio que os conteúdos actualizados correspondem aos reais anseio da realidade objectiva ou seja, do contexto das nossas escolas.

Conteúdos programáticos (Actualizados)

Tema 1- Origens da Problemática Curricular, Natureza e Âmbito Curricular;

Tema 2- Tendências Curriculares;

Tema 3- Bases e Fundamentos Teóricos do Currículo;

Tema 4- Perspectivas Curriculares Contemporâneas;

Tema 5- Teorias Curriculares;

Tema 6- Natureza e Âmbito do Desenvolvimento Curricular;

Tema 7- Desenvolvimento Curricular, suas Tarefas, Componentes e Níveis;

Tema 8- Posturas Curriculares;

Tema 9- Projectos Curriculares de Escola e Turma.

► **SEMINÁRIO EM EDUCAÇÃO PRIMÁRIA** (Actualização do conteúdo programático)

Conteúdo programático (em vigor)

Tema 1- Temas de interesses para os estudantes sobre a correcta alfabetização

Tema 2- Desafios, metas, novidades sobre a Ensino Primário.

Fundamentação: O conteúdo dos Seminários em Educação Primária serão definidos a partir da realização das diversas disciplinas tais como a organização pedagógica da escola primária; alfabetização correcta: ensinar a ler, escrever, cálculos básicos e conceitos culturais considerados imprescindíveis; desafios, metas e novidades sobre a educação primária e da identificação dos temas que merecem ser priorizados 'para aprofundamento teórico e metodológico. Com a inclusão do tema sobre a Organização pedagógicas da escola primária, reforça-se a abordagem prática da unidade curricular, respondendo aos reais anseios dos formandos e alinhado ao perfil de saída dos estudantes do curso de Licenciatura em Ensino Primário. De modos que abordar-se-á aspectos como: 1.1 Definição do ensino primário, Objectivos gerais e específicos; 1.2 Plano de estudos do ensino primário angolano; 1.3 Os diferentes cursos da escola primária: I, II e III círculos de aprendizagem; 1.4 Função social da escola primária, função social Ensino Primário; 1.5 As características psicopedagógicos dos alunos da Ensino Primário; 1.6 Pressupostos que servem de base para o aperfeiçoamento da escola primária; 1. 7 Caracterização do processo de ensino-aprendizagem.

Conteúdos programáticos (Actualizados)

Tema 1- Organização pedagógicas da escola primária

Tema 2- Temas de interesses para os estudantes sobre a correcta alfabetização

Tema 3- Desafios, metas, novidades sobre a Ensino Primário.

2.2. Unidades Curriculares Excluídas

■ FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Fundamentação: por força da descontinuidade do curso de Licenciatura em Pedagogia, pelo decreto executivo 7/21 de 10 de Setembro de 2021, do MESCTI, superiormente orientada depois de aprovada a nova designação do curso para Licenciatura em Ensino Primário, na Referência nº 1083/MESCTI/GSEES/2021, de 8 de Outubro de 2021.

2.3. Unidades Curriculares Incluídas

■ PRÁTICA PEDAGÓGICA II

Fundamentação: por força da descontinuidade do curso de Licenciatura em Pedagogia, pelo decreto executivo 7/21 de 10 de Setembro de 2021, do MESCTI, superiormente orientada depois de aprovada a nova designação do curso para Licenciatura em Ensino Primário, na Referência nº 1083/MESCTI/GSEES/2021, de 8 de Outubro de 2021. Assim sendo, a Unidade Curricular de Prática II, passa a ser precedência obrigatória da Unidade Curricular de Prática Pedagógica I, com a seguinte abordagem:

Tema: 1. Currículo e desenvolvimento curricular integrado das diferentes áreas disciplinares. Apresentação de trabalho conjunto sobre análise e crítica do currículo do Ensino Primário. Pontos fortes e fracos. Intervenção do formando na sua melhoria.

Tema 2: Análise da legislação angolana sobre a Educação.

Tema 3: Estrutura orgânica de funcionamento das Escola Órgãos de direcção Órgãos de apoio.

Tema: 4. Planificação e simulação de aulas (análise crítica das aulas simuladas) Reforço das orientações metodológicas.

Tema 5: Relatório Final da actividade. Orientação do Relatório Final.

2.4. Actualização da Bibliografia de Todas as Unidades Curriculares

Fundamentação: por força da orientação superior do Gabinete do Vice-presidente Para Assuntos Académicos aos DEI, acoplado a isso, a apresentação de INDEX e livros em pdf de todas as unidades curriculares por ano de frequência e semestre, o que derivou a criação da biblioteca virtual do ISUP (ainda em processo).

3- CURSO DE LICENCIATURA EM GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

3.1. Unidades Curriculares que Sofreram Actualização

- MICROECONOMIA E MACROECONOMIA (Actualização da posição das duas unidades curriculares)

Fundamentação: Actualmente as duas Unidades Curriculares encontram-se em posições inversas Microeconomia (Segundo Semestre) e Macroeconomia (Primeiro Semestre). Sendo estas duas são ramificações da economia, a Microeconomia estuda o comportamento dos agentes económicos de forma individual enquanto a Macroeconomia estuda a economia como um todo, não está correcta. Assim sendo Propõe-se a alteração, ficando estas da seguinte forma, Microeconomia (Primeiro semestre) e Macroeconomia (Segundo semestre).

► **TÉCNICAS DE REDACÇÃO** (Actualização do conteúdo programático)

Conteúdo programático (em vigor)

Tema 1. Introdução à leitura e interpretação de textos

Tema 2. Produção de textos

Tema 3. Coesão e Coerência textual

Tema 4. Técnicas de composição de resumos e pequenos textos dissertativos

Tema 5. Conceitos inerentes à oratória

Tema 6. Mercado Secundário (Conteúdo a ser removido por não se adequar a Unidade Curricular)

Tema 7. Tipologia Textual

Fundamentação: o tema 6, Mercado secundário, não se adequa a esta Unidade Curricular, este tema refere-se a Unidade Curricular de Mercados e Produtos Financeiros (onde também é o tema 6 da mesma unidade curricular), já que se refere a um local onde ocorrem as transacções de produtos financeiros que já foram transaccionados no mercado primário (quando ocorre a primeira Oferta Pública Inicial), ou seja, activos estes que são transaccionados normalmente nas bolsas de valores.

Com a retirada deste tema inapropriado à Unidade Curricular, os conteúdos programáticos serão:

Tema 1. Introdução à leitura e interpretação de textos

Tema 2. Produção de textos

Tema 3. Coesão e Coerência textual

Tema 4. Técnicas de composição de resumos e pequenos textos dissertativos

Tema 5. Conceitos inerentes à oratória

Tema 6. Tipologia Textual

4- CURSO DE LICENCIATURA EM GESTÃO DE EMPRESA E CONTABILIDADE

4.1. Unidades Curriculares que Sofreram Actualização

- **MICROECONOMIA E MACROECONOMIA** (Actualização da posição das duas Unidades Curriculares)

Fundamentação: Actualmente as duas Unidades Curriculares encontram-se em posições inversas Microeconomia (Segundo Semestre) e Macroeconomia (Primeiro Semestre). Sendo estas duas são ramificações da economia, a Microeconomia estuda o comportamento dos agentes económicos de forma individual enquanto a Macroeconomia estuda a economia como um todo, não está correcta. Assim sendo Propõe-se a alteração, ficando estas da seguinte forma, Microeconomia (Primeiro semestre) e Macroeconomia (Segundo semestre).

- **TÉCNICAS DE REDACÇÃO** (Actualização do conteúdo programático)

Conteúdo programático (em vigor)

Tema 1. Introdução à leitura e interpretação de textos

Tema 2. Produção de textos

Tema 3. Coesão e Coerência textual

Tema 4. Técnicas de composição de resumos e pequenos textos dissertativos

Tema 5. Conceitos inerentes à oratória

Tema 6. Mercado Secundário (Conteúdo a ser removido por não se adequar a Unidade Curricular)

Tema 7. Tipologia Textual

Fundamentação: o tema 6, Mercado secundário, não se adequa a esta Unidade Curricular, este tema refere-se a Unidade Curricular de Mercados e Produtos Financeiros (onde também é o tema 6 da mesma unidade curricular), já que se refere a um local onde ocorrem as transacções de activos que já foram transaccionados no mercado primário (quando a primeira Oferta Pública Inicial), ou seja, activos estes que são transaccionados normalmente nas bolsas de valores.

Com a retirada deste tema inapropriado à Unidade Curricular, os conteúdos programáticos serão:

Tema 1. Introdução à leitura e interpretação de textos

Tema 2. Produção de textos

Tema 3. Coesão e Coerência textual

Tema 4. Técnicas de composição de resumos e pequenos textos dissertativos

Tema 5. Conceitos inerentes à oratória

Tema 6. Tipologia Textual

- **FISCALIDADE I E II** (Actualização do conteúdo programático)

Fundamentação: face às reformas tributárias que vêm se assistindo, desde 2019, em Angola registou-se e vêm-se registando cada vez mais, uma alteração profunda no seu sistema tributário (fiscal), com a retirada, actualizações e entradas de novos impostos, as Unidades Curriculares de *Fiscalidade I e II*, precisam urgentemente de acompanhar este ritmo para adequar-se à nova realidade. Registou-se a alteração da denominação dos *Impostos Predial Urbano (IPU)* para *Imposto Predial (IP)* e Imposto de Consumo (IC) para Imposto Especial de Consumo (IEC), a substituição da Taxa de Circulação para Imposto sobre os Veículos Motorizados (IVM), a eliminação do Imposto sobre a Transmissão de Imobiliários por Título Oneroso e a entrada em Vigor do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Com as devidas actualizações, as unidades terão os seguintes conteúdos programáticos ajustados à nova realidade:

► **FISCALIDADE I**

Unidade 1 - Introdução à Fiscalidade

- O Papel do Estado na Sociedade;
- Actividade Financeira do Estado;
- Princípios da Fiscalidade;
- O Imposto e as Figuras Afins;
- Caracterização do Sistema Fiscal Angolano. Unidade

2 - Impostos Sobre o Rendimento

1.1 O Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho – IRT

1.1.1 - Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

1.1.2 – Regime da tributação dos trabalhadores por conta de Outrem e por conta própria;

1.1.3 – Regime dos trabalhadores não residentes;

1.1.4 – Exercícios de Aplicação.

1.2 – O imposto Industrial

1.2.1 Incidência, Isenções, Determinação da matéria colectável, taxas, liquidação, cobrança, incentivos fiscais.

1.2.2 Antecipação de pagamento do imposto industrial.

1.2.3 – Tributação da Empreitadas

1.2.4 – A reavaliação dos activos.

1.2.5 – Exercícios de Aplicação.

1.2.6- Impostos sobre Aplicação de Capitais (IAC)

Bibliografias dos conteúdos alterados e acrescentados:

- Administração Geral Tributária. (2021). *Guia do Sistema Tributário 2021*. Paginação & Design Gráfico AGT.
- António, Nvela. (2020). *Fiscalidade Angolana* (1ª ed.). Luanda.
- Gonçalves, Fernando. (2021). *Contabilização do IVA*. 1ª ed. Luanda
- Gonçalves, Fernando. (2021). *Fiscalidade* (4ª ed.). Luanda: Texto Editores.
- Machado, Jonatas E. M.; da Costa, Paulo Nogueira; Macaia, Osvaldo Lemos. (2017). *Direito Fiscal Angolano* (2ª ed.). Luanda.
- Nelito, José Kalilodoka. (2024). *Um Olhar à Fiscalidade Angolana* (2ª ed.). WA Editora.
- Quintino, Gaspar Nongava. (2020). *Lições de Fiscalidade Angolana*. 1ª ed. Luanda.
- Quintino, G. N. (2021). *Impostos Existentes em Angola - Cálculo e Contabilização*. Luanda.

► FISCALIDADE II

1. Imposto sobre o património:

1.1 – O Imposto Predial (IP)

1.1.1 Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

1.2 - O Imposto sobre as Sucessões e Doações.

1.2.1 Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

1.3 - Imposto sobre os Veículos Motorizados (IVM)

1.3.1 Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

1.4- Imposto do Selo (IS)

1.4.1 Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

2- Impostos sobre o Consumo

2.1 - Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

2.1.1 Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

2.2 - Imposto Especial de Consumo (IEC)

2.2.1 Incidência, Isenções, Grupos de Tributação, Não Sujeição, Determinação da Matéria Colectável, Taxas, Liquidação e Pagamento;

Bibliografias dos conteúdos alterados e acrescentados:

- Administração Geral Tributária. (2021). *Guia do Sistema Tributário 2021*. Paginação & Design Gráfico AGT.
- António, Nvela. (2020). *Fiscalidade Angolana* (1ª ed.). Luanda.
- Gonçalves, Fernando. (2021). *Contabilização do IVA*. 1ª ed. Luanda
- Gonçalves, Fernando. (2021). *Fiscalidade* (4ª ed.). Luanda: Texto Editores.
- Machado, Jonatas E. M.; da Costa, Paulo Nogueira; Macaia, Osvaldo Lemos. (2017). *Direito Fiscal Angolano* (2ª ed.). Luanda.
- Nelito, José Kalilodoka. (2024). *Um Olhar à Fiscalidade Angolana* (2ª ed.). WA Editora.
- Quintino, Gaspar Nongava. (2020). *Lições de Fiscalidade Angolana*. 1ª ed. Luanda.
- Quintino, G. N. (2021). *Impostos Existentes em Angola - Cálculo e Contabilização*. Luanda

► **ESTRATÉGIA EMPRESARIAL** (Actualização do conteúdo programático)

Fundamentação: sendo que esta Unidade Curricular rege-se pelos seguintes objectivos: Conhecer os rasgos que caracterizam a atitude e o pensamento estratégico nas organizações empresariais, assim como a lógica geral do processo estratégico e suas principais etapas. Aplicar os métodos e instrumentos para a análise das forças de micro e macro entorno, detectando oportunidade, ameaças e riscos para os negócios. Levar a cabo a análise interna das organizações empresariais, de sua situação actual, fazer um diagnóstico dos seus pontos forte e débeis, e de onde radicam suas vantagens competitivas. Além de analisar os investimentos financeiros.

Notando-se que o conteúdo programático da Unidade Curricular em epígrafe, era o mesmo que o da Unidade Curricular de Empreendedorismo e que se adequava mais a este último, elaborou-se os seguintes conteúdos programáticos que se adequam aos objectivos da Unidade Curricular de Estratégia Empresarial:

1 – O POSICIONAMENTO DA EMPRESA, NUMA ÓPTICA SISTÉMICA, FACE AO MEIO ENVOLVENTE.

- 1.1. A empresa vista como sistema aberto
- 1.2. Importância do meio envolvente no sistema decisional das empresas
- 1.3. Análise histórica da evolução do meio envolvente
- 1.4. Perspectiva actual

CAPÍTULO 2 – ESTRATÉGIA E COMPETITIVIDADE.

- 2.1. Estratégia empresarial / militar
- 2.2. Planeamento estratégico

2.3. Pensamento estratégico

2.4. Natureza do estratega

2.5. Estilos dos estrategos

2.6. Plano estratégico

2.7. Gestão estratégica

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE ESTRATÉGICA

3.1. Análise do meio envolvente

3.2. Níveis de estratégias

3.3. Cadeia de valor

3.4. Elementos estratégicos

3.5. Características das decisões estratégicas

3.6. Modelo de Porter

3.7. Modelo de Grant

3.8. Análise SWOT

3.9. Matrizes de análise estratégica

CAPÍTULO 4 – MODELOS DE ESTRATÉGIAS

4.1. Formulação da estratégia

4.2. Implementação da estratégia

4.3. Estratégias de estabilidade

4.4. Estratégias de crescimento

4.4. Estratégias de diversificação

4.5. Estratégias de diferenciação

4.6. Estratégias de segmentação

4.7. Estratégias de desinvestimento

4.8. Estratégias combinadas

4.9. Estratégias Ofensivas e Defensivas

CAPÍTULO 5 – TÉCNICAS E MODELOS DE APOIO À SELECÇÃO DE ESTRATÉGIAS

5.1. Teoria do ciclo de vida dos produtos

5.2. Modelo BCG

5.3. Modelo McKinsey/GE

5.4. Projecto PIMS (Profit Impact of Marketing Strategies)

5.5. Validade da utilização dos modelos

CAPÍTULO 6 – A ORGANIZAÇÃO OU ESTRUTURAÇÃO DAS EMPRESAS

6.1. Estratégia e estrutura organizativa

6.2. As estruturas organizativas

6.3. O modelo de Greiner

6.4. Tendências recentes na estruturação das organizações

CAPÍTULO 7 – INVESTIMENTOS E TÉCNICAS DE AVALIAÇÃO

7.1. A importância do investimento na estratégia financeira das empresas

7.2. As decisões estratégicas de natureza financeira: Investimentos financeiros e reais

7.3. Critérios de avaliação de investimento

Referências Bibliográficas

Barros, Hélio. (2014). Análise de Projectos de Investimento (3ª ed.). Edições Sílabo.

Cândido, Carlos. (2019). Estratégia Empresarial – Conceitos, Processos e Instrumentos.

Sílabas & Desafios.

Cebola, António. (2018). Elaboração e Análise de Projectos de Investimento (3ª ed. Rev. Act.). Edições Sílabo.

Freire, Adriano. (2020). Estratégia: Criação de Valor Sustentável em Negócios Tradicionais e Digitais. Bertrand Editora.

Reis, Felipa Lopes dos & Reis, Rui Lopes dos. (2022). Manual de Estratégia Empresarial, Inovação e Empreendedorismo. Edições Sílabo.

Silva, Caio Sousa da., Romani-Dias, Marcello, & Barbosa, Aline dos Santos. (2022). Estratégia Empresarial – As Etapas do Processo Estratégico e o Uso de Ferramentas Clássicas. Freitas Bastos.

5- CURSO DE LICENCIATURA EM PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

5.1. Unidades Curriculares que Sofreram Actualização

► DESENVOLVIMENTO CURRICULAR (Actualização do conteúdo programático)

Conteúdo programático (em vigor)

Tema 1- Introdução ao desenho curricular;

Tema 2- Modelos Curriculares;

Tema 3- Metodologias Curriculares I;

Tema 4- Metodologia curricular II;

Tema 5- Teoria do Desenho Curricular na Educação;

Tema 6- O perfil profissional.

Fundamentação: Desenvolvimento Curricular é a construção do plano curricular tendo, presente o contexto e justificação que o suportam, bem como as condições da sua execução. A disciplina do Desenvolvimento Curricular está orientada para a análise do fenómeno educativo,

tendo por base uma matriz teórica e metodológica que privilegia a abordagem das questões do conhecimento, dos actores e das situações educativas. A especificidade do campo curricular, enquanto instrumento da escolarização, resulta da sua conexão directa com as práticas e com os contextos políticos, sociais e culturais sobre que se funda e objectiva todo o sistema educativo. Logo, o objectivo central desta disciplina é o de desenvolver e aprofundar instrumentos de análise que permitam alargar as fronteiras do conhecimento educacional no que se refere tanto à fundamentação, teorização e justificação, quanto à elaboração, planeamento, implementação e avaliação em matéria de currículo e de inovação pedagógica. A necessidade de garantir a todos os estudantes reais oportunidades de sucesso, ao implicar uma estrutura curricular adequada, impõe também aos profissionais de educação a compreensão e reflexão de todo o processo na qual assenta a concepção e o desenvolvimento de um currículo, bem como o domínio de competências básicas necessárias à sua correcta implementação. Todo currículo deve ser verificável em função do contexto socioeconómico, o avanço do conhecimento científico e tecnológico e, o exercício das profissões, a instituição que propicia o currículo; as condições reais dos estudantes. O currículo deve ter um carácter sistemático e organizado nos ciclos do sistema escolar, de maneira que, cada decisão repercuta em sua totalidade, nos métodos, nos meios, nos recursos e na formação geral. É nesse apanágio que os conteúdos actualizados correspondem aos reais anseio da realidade objectiva ou seja, do contexto das nossas escolas.

Conteúdos programáticos (Actualizados)

Tema 1- Origens da Problemática Curricular, Natureza e Âmbito Curricular;

Tema 2- Tendências Curriculares;

Tema 3- Bases e Fundamentos Teóricos do Currículo;

Tema 4- Perspectivas Curriculares Contemporâneas;

Tema 5- Teorias Curriculares;

Tema 6- Natureza e Âmbito do Desenvolvimento Curricular;

Tema 7- Desenvolvimento Curricular, suas Tarefas, Componentes e Níveis;

Tema 8- Posturas Curriculares;

Tema 9- Projectos Curriculares de Escola e Turma.

Porto Amboim, 14 de Dezembro de 2023.-

O CHEFE DE DEPARTAMENTO

Custódio Malheiro Sozinho, M.Sc.

LISTA DE PRESENÇA

Júlio César Rosabal García (PhD)

António Gaspar Domingos (PhD)

Custódio Malheiro Sozinho (MSc)

Helder Álvaro Soares (MSc)

Yudelkis Delgado Ramirez (MSc)

João David Kiicalango (MSc)

Denilson Gonçalves Ricardo Lunga (Lic)

Lucrecia Pascoal Domingos Bráz (Lic)